

FEMINISMOS EM FOCO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA MOBILIZADA PELO CONCURSO “CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO”

Reinaldo Matias Fleuri¹

Já faz uma década que vem se realizando anualmente o Concurso de Prêmios “Construindo a Igualdade de Gênero”¹, mobilizando jovens de todos os níveis educacionais e escolas a discutir o tema. Esta iniciativa busca sensibilizar a sociedade e, de modo particular, estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.

Na 9ª edição deste Concurso, lançada em 2013, foram inscritos 116 trabalhos na categoria “Mestre e estudante de Doutorado”, 230 na categoria “Graduado especialista e estudante de Mestrado” e 196 na categoria “Estudante de Graduação”. Na categoria “Estudante de Ensino Médio” foram inscritas 1.430 redações e na categoria “Escola promotora da igualdade de gênero” concorreram 59 projetos.

Dentre os 2.031 inscritos, o concurso selecionou 33 trabalhos, entre redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, desenvolvidos em escolas públicas e

privadas de todo o país que atuam na promoção da igualdade de gênero. Os autores foram contemplados com valores em dinheiro, bolsas de estudos, equipamentos de informática e assinaturas de revistas acadêmicas.

Os trabalhos premiados indicam a riqueza e o potencial crítico das pesquisas que estão sendo realizadas, hoje, no Brasil, por estudantes de diferentes níveis. Entretanto, o conjunto de trabalhos que não foram contemplados (quase 99%) representa uma imensa riqueza de informações. Estes trabalhos, em seu conjunto, estariam indicando os temas que estão chamando mais a atenção dos estudantes brasileiros, os problemas que estão sendo focalizados, suas perspectivas teórico-metodológicas, o perfil de seus autores, por regiões brasileiras, por graus e áreas de formação e de pesquisa.

Para se evitar que essa riqueza teórico-metodológica caia na invisibilidade e esquecimento, uma das comissões examinadoras propôs às entidades promotoras do Concurso que instituassem, como parte integrante dos processos de Prêmios, atividades de estudo sobre o conjunto de informações inerentes aos trabalhos inscritos. Deste modo se identificaria o status dos estudos atuais sobre a temática e a problemática focalizada. Tais informações, elaboradas e disponibilizadas, são de fundamental importância para a deliberação de políticas educacionais e científicas, no sentido de promover a consolidação de estudos em andamento e indicar novas perspectivas a serem exploradas.

Neste sentido, também surgiram, paralelamente, iniciativas para dar visibilidade aos trabalhos que, embora não contemplados na seleção final, tiveram seu mérito e relevância reconhecidos durante o processo de análise dos artigos inscritos no concurso Prêmios.

A Revista Feminismos, assim, convidou alguns dos autores e autoras a apresentarem seus artigos para a publicação no presente Dossiê, com o intuito de

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizou estágios de pós-doutorado na Università degli Studi di Perugia, Itália, em 1996, na Universidade de São Paulo (USP), em 2004, e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2010. É Professor Visitante Nacional Sênior (CAPES) junto ao Instituto Federal Catarinense desde setembro de 2012. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vínculo de professor voluntário após a sua aposentadoria, em 2011. Participa, desde 1992, do Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), tendo sido membro do Comitê Científico desta Associação no período de 2000 a 2002. Faz parte do Instituto Paulo Freire. É pesquisador do CNPq (1C).

² O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República (SPM/PR), do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da ONU Mulheres. Disponível em:

<<http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>>.

evidenciar indícios das diferentes temáticas abordadas no campo de estudos de gênero.

Reconhecimento da atividade produtiva de mulheres

O reconhecimento da participação social ativa da mulher vem reconfigurando os significados sociais, econômicos, políticos e culturais da atividade produtiva feminina, outrora invisíveis em contextos eminentemente patriarcais e machistas. Entre os múltiplos campos de produção econômica, tem atraído a atenção de pesquisadores e pesquisadoras o tema da participação da mulher na pesca artesanal.

O artigo de Marina Morena A. Figueiredo apresenta um estudo de caso no município de Canavieiras (BA), “O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal”, que ressalta:

[...] a pesca artesanal é tida como uma prática essencialmente masculina, mas na realidade existe uma divisão social do trabalho por gênero nas comunidades pesqueiras, e muitas mulheres sobrevivem da pesca, geralmente da mariscagem, mesmo sendo esta uma atividade de menor prestígio dentro da pescaria.

A pesquisa de Marina Figueiredo enfatiza que, por ser uma atividade descontínua e mesclada com atividades domésticas, o trabalho e a produção das marisqueiras é de difícil mensuração e têm sido invisibilizados nas comunidades tradicionais. Revela, entretanto, a importância do trabalho feito em casa na atividade pesqueira. Neste contexto, a mulher tem desempenhado um papel fundamental, tanto no processo de captura, em que atua também como pescadora e marisqueira, quanto na preparação do pescado para a venda, além de realizar todo o trabalho de confecção e remendo de malhas para pesca.

A relevância desta pesquisa para o estudo das relações de gênero consiste em evidenciar que, nas estratégias de sobrevivência de muitas famílias como as de pescadores, as atividades domésticas femininas na esfera produtiva são articuladas com as tarefas realizadas na esfera reprodutiva.

[...] o trabalho da mulher, muitas vezes, é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa que se superpõe à atividade pesqueira. Constata-se, deste modo, que o beneficiamento do pescado ocorre na casa das pescadoras e, mesmo acrescentando valor ao produto final, algumas vezes, é tido pelos pescadores e pescadoras como uma extensão das tarefas domésticas, uma vez que é realizado no domicílio das

pescadoras. O mesmo ocorre com a confecção e o reparo de material para a pesca.

Ao elucidar o papel da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal, a pesquisa de Marina Figueiredo traz uma contribuição importante para o reconhecimento, a visibilidade e a valorização do trabalho feminino na atividade pesqueira.

Embates discursivos na mídia sobre a legislação contra a violência doméstica

Outro campo das relações de gênero que tem sido foco de muitas pesquisas é o da proteção legal às mulheres vítimas da violência doméstica. Dentre os variados e importantes trabalhos inscritos no âmbito deste Concurso de Prêmios, destacamos o estudo de Rayza Sarmiento, “Entre tempos e tensões: o debate mediado antes e depois da sanção da lei brasileira de combate à violência doméstica contra a mulher – Lei Maria da Penha (2001 a 2012)”.

O estudo se baseia no entendimento de que os meios de comunicação desempenham um papel importante como arenas de um sistema deliberativo para trazer ao contexto público as discussões nascidas em bases feministas. Deste modo, os meios de comunicação de massa mediam as disputas interpretativas sobre as opressões resultantes das desigualdades de gênero, tal como ocorreu durante o processo de elaboração da legislação pertinente à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao conectar uma audiência potencialmente infinita, os meios de comunicação podem, assim, promover a contestação pública às opressões incrustadas nas relações de gêneros.

Tomando como fonte as publicações nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, o estudo analisa o processo de elaboração e de enquadramento dos argumentos e das relações discursivas sobre a Lei Maria da Penha, em dois períodos distintos: na fase de construção (2001 a 2005) e durante a sanção e implementação (2006 a 2012).

No primeiro período discursivo, chegamos a três quadros de sentido, são eles: enquadramento da impunidade, enquadramento dos direitos das mulheres e enquadramento do tratamento. No segundo período discursivo, os enquadramentos encontrados foram o enquadramento da igualdade x diferença, o enquadramento do vínculo, o enquadramento da escolha, o enquadramento da punição e o enquadramento da restauração.

A pesquisa realizada ressalta mudanças significativas no debate nacional, de modo particular, o deslocamento da discussão política e feminista, da primeira fase, para um âmbito mais técnico-jurídico, na segunda.

O apagamento da dimensão política da legislação é traduzido nesse segundo momento, especialmente, pela redução das vozes dos movimentos feministas e também das de especialistas do campo de gênero, bem como com a acentuada mobilização de juristas e de representantes do aparato policial e do poder Executivo. Os argumentos feministas em defesa da legislação pouco tiveram espaço, o que compromete um diálogo mais profundo sobre o enfrentamento à desigualdade de gênero em que se inscreve o combate à violência doméstica contra a mulher.

Esta pesquisa traz, pois, relevantes contribuições para se entender a complexidade do campo de debate sobre as questões de gênero e de suas implicações políticas, em que se confrontam diferentes sujeitos socioculturais (movimentos sociais, agentes políticos e jurídicos...), mediante diferentes processos de debate, particularmente, através dos meios de comunicação de massa, configurando diferentes e fluidos significados das relações de gênero. No caso do combate à violência doméstica contra mulheres, constatou-se que as interpretações da Lei Maria da Penha passaram a ser focalizadas pela grande imprensa mais do ponto de vista jurídico e policial do que na perspectiva dos movimentos feministas, que problematizavam o próprio aparato institucional, por sua incapacidade de superar a impunidade dos agressores bem como de garantir a defesa dos direitos e do tratamento das mulheres vítimas de agressão.

Ambivalências do combate ao “tráfico de pessoas” e à “prostituição”

A complexidade e a contraditoriedade dos discursos e das regulamentações sobre as questões de gênero, particularmente nos casos mais agonísticos, como o da prostituição e o do tráfico de pessoas, são estudadas por Anamaria Marcon Venson em seu artigo “Meu corpo todo meu”.

A autora demonstra que o discurso sobre a prostituição se instituiu, no século XIX, marcado por teorias eugenistas e evolucionistas. Neste contexto, a prostituição foi entendida como doença, como desvio social, como empecilho à civilização e à moralidade, justificando sua segregação para fora das cidades.

O artigo discute como o combate à “prostituição” tem catalisado a discussão sobre o “tráfico de pessoas”, cerceando o exercício de migração, particularmente das mulheres pobres. Aborda os modos como a discussão sobre o tráfico tem se articulado com a noção de que a prostituição deve ser combatida. Evidencia que as preocupações com o tráfico de pessoas têm se materializado em propostas de combate à prostituição.

Uma primeira definição supranacional de ‘tráfico de pessoas’ foi elaborada somente na virada dos séculos XX e XXI. Tal definição compõe o chamado ‘Protocolo de Palermo’, instrumento normativo referente ao crime organizado transnacional, e trata de tráfico de ‘pessoas’, em sentido geral, para além da categoria restritiva ‘mulheres’, além de fazer referência a variadas modalidades de tráfico, ultrapassando a noção estrita de tráfico para ‘prostituição’.

Intensos debates políticos e acadêmicos têm sido travados, em âmbito internacional e nacional, para se redefinir o conceito de “tráfico de pessoas”. Não obstante a falta de consenso sobre a temática, o atual Código Penal brasileiro estabelece uma relação necessária do “tráfico de pessoas” com a “prostituição”. Ao associar o complexo fenômeno migratório à perspectiva de combate ao “tráfico de pessoas” e à “prostituição”, a batalha discursiva se torna cúmplice das exigências internacionais de contenção migratória e obscurece – no entendimento da autora – a discussão sobre os direitos das pessoas que fazem da prostituição uma estratégia migratória.

Com efeito, os estudos em Ciências Humanas demonstram que

[...] as redes migratórias se estabelecem por meio de todo tipo de ajuda informal para sair de um país e inserir-se em outro. E que, muitas vezes, as pessoas migram voluntariamente para se inserir no mercado do sexo se utilizando das redes de ajuda como quaisquer outras migrantes.

Baseando-se em teorias feministas e libertárias que problematizam associações entre feminilidade e imobilidade/passividade e que comprovam como os corpos das mulheres são alvos especiais de políticas de controle e de governabilidade, este estudo indica que

[...] um certo discurso de terror a respeito das migrações femininas e da prostituição ganhou muito mais visibilidade que um outro discurso, também possível e dizível, a respeito das liberdades de movimento das mulheres e das garantias de seus direitos independentemente daquilo que escolhem como ocupação ou destino.

Neste sentido, a autora considera que o entendimento das migrações de mulheres restrito ao contexto de “tráfico de pessoas”, como “vítimas passivas” a serem resgatadas, inibe o direito de mulheres pobres de desejar migrar.

Parece que, em nossa época, tem se configurado uma situação em que as mulheres pobres devem ter medo de migrar, de se mover: ou porque correm o risco de serem raptadas por máfias inescrupulosas, ou porque trabalham com prostituição e sabem que não recebem o mesmo tratamento que outras pessoas, ou porque podem ser confundidas com prostitutas (temor de muitas mulheres). Para além do gênero, há certamente questões de racialização, de classe e de nacionalidade compondo tais práticas de imobilização.

Tais entendimentos servem a políticas de contenção migratória e justificam a repressão moral e policial à prostituição. De modo especial, reforçam o discurso colonialista que contrapõe um privilegiado grupo de mulheres, que são consideradas capazes de decidir e de falar sobre si mesmas, a outras mulheres, pobres, que, sendo classificadas, essencialmente, como incapazes e vulneráveis se tornam alvos especiais de vigilância e controle.

Deste modo, conclui a autora, se a problematização do tráfico de pessoas é uma conquista feminista, também o é o questionamento dos discursos que objetificam e imobilizam mulheres.

Protagonismo feminino nas ciências

Um dos estudos que focalizam o protagonismo de mulheres foi apresentado por Lia Gomes Pinto de Sousa, em seu artigo “‘Honrosas comissões’ e o papel educativo do museu moderno: divulgação científica, proteção à natureza e a luta pelo progresso feminino na atuação de Bertha Lutz (décadas de 1920 e 1930)”.

Este artigo se propõe a

[...] contribuir para o avanço das discussões a respeito deste ícone da luta feminista, iluminando aspectos até agora pouco explorados: apenas recentemente a trajetória profissional de Bertha Lutz tem sido objeto de análise por um pequeno grupo de pesquisadoras. Além de abrir o leque de atuação da personagem, abordar sua faceta científica permite problematizar a ‘invisibilidade historiográfica’ das mulheres nas ciências, que resultou da ausência de abordagens acadêmicas nesse sentido em nosso país. Este estudo, portanto, busca relacionar a experiência individual de Bertha Lutz com o cenário maior da comunidade científica a que pertenciam e das novas possibilidades que se abriam para a inserção feminina na esfera pública.

Com efeito, a luta feminista desenvolvida por Bertha Lutz (1894-1976) esteve associada à sua trajetória profissional no campo das ciências naturais e da museologia. Como funcionária do Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1919, Bertha Lutz, além de seus estudos em botânica e zoologia, atuou no desenvolvimento de novas práticas museológicas, promovendo a participação feminina na área da pesquisa e da divulgação científica. Entre os anos de 1922 e 1932, realizou ações de intercâmbio entre as principais tendências educativas em curso no Brasil com as vigentes na Europa e EUA.

Observando diferentes escolas e museus internacionais, Lutz produziu relatórios acerca do ‘museu moderno’ e emitiu sua opinião acerca da aplicação apropriada ao caso brasileiro, propondo a implementação de novas práticas educativas no Museu Nacional. A preservação do patrimônio natural, presente na proposta da criação dos ‘museus ao ar livre’, ou parques nacionais, é um dos aspectos da contribuição de Bertha Lutz no campo da museologia.

Bertha Lutz procurou incluir o público feminino nos trabalhos de promoção do conhecimento e do “amor pela natureza”. Entre outras, as atividades de capacitação científica promovida pelo Museu Nacional contribuíram para formar as professoras do magistério para promoverem a divulgação do conhecimento e a preservação do patrimônio natural brasileiro.

Também sua produção acadêmica e sua atividade política influenciaram a política científica e educacional brasileira, em diálogo com contextos internacionais. Assim, no contexto educacional das décadas de 1920 e 1930, no Brasil, a atuação de Bertha Lutz representa o início da atuação de mulheres nesse campo científico.

Conclui-se que a trajetória de Bertha Lutz, na qual ciências e feminismos são indissociáveis, contribuiu de forma decisiva para a emancipação intelectual, econômica e política das mulheres, por meio da veiculação de uma nova função social feminina, até então inédita em nossa sociedade.

Homoerotismo e desconstrução dos padrões sexuais de normalidade

Outro estudo histórico que traz à luz personagens importantes para os estudos de gênero no Brasil foi apresentado por Patrícia Simone de Araújo, sob o título “Desafiando os padrões sexuais de normalidade do século XIX: o diário íntimo de José Vieira Couto de Magalhães (1880-1887)”.

Couto de Magalhães (1837-1898) atuou como funcionário do Império do Brasil, tendo sido importante político, militar e escritor brasileiro. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, desempenhou os cargos de presidente das províncias de Goiás, do Pará, do Mato Grosso e de São Paulo. Foi considerado herói nacional por seu vitorioso comando na tomada de Corumbá, durante a Guerra do Paraguai, quando presidente da província do Mato Grosso (1867-1868). Redigiu inúmeras obras literárias e históricas.

Este artigo analisa o seu diário íntimo sob a perspectiva de gênero.

O diário em análise foi escrito entre os anos de 1880 a 1887, sendo que a maior parte dele foi redigida quando Couto residia em Londres. A sua escrita íntima engloba uma gama diferenciada de assuntos, o menosprezo que sentia pelas mulheres, seus temores, angústias, negócios, os seus relacionamentos pessoais e íntimos, os cuidados com o corpo e, principalmente, o que é mais importante para a proposta de análise deste artigo, uma sexualidade aflorada em sonhos que revelam um aguçado desejo homoerótico.

Couto interpreta seus sonhos de modo muito original. No contexto em que os homossexuais eram considerados pecadores, pela Igreja, e doentes, pelo discurso médico, José Vieira descreveu espontaneamente seus sonhos, sem culpa nem autocondenação.

Talvez tenha assumido os valores das culturas indígenas com que interagiu, quando presidente das Províncias de Goiás, do Pará e do Mato Grosso. Nas culturas ameríndias a homossexualidade era respeitada e muitos homossexuais desempenhavam funções de curandeiros, pajés, conselheiros. No povo Kadiwéu – tal como revela Darcy Ribeiro em seus estudos – os homens que assumem o papel social de mulher, os *kudinas*, são reconhecidos como grandes artistas e são tão aceitos quanto os guerreiros.

Um indício da influência das culturas indígenas na forma como Couto expressa seu mundo onírico está no fato de que o autor descrevia as partes mais “picantes” do diário em Tupi-Nheengatu, uma língua indígena brasileira.

A codificação na língua indígena é, antes de tudo, uma forma de Couto de Magalhães tentar compreender a si. Ao cifrar seus sonhos em tupi-nheengatu, ele provavelmente estava tentando emergir em um sistema de valores e tradições, como os das sociedades autóctones, em que seus desejos eróticos não o configurariam como louco e/ou perverso.

Couto de Magalhães manifesta uma empatia com o modo de viver indígena, inclusive no âmbito sexual. Nas obras, *Viagem ao Araguaia* e *O Selvagem*, ele traça uma paisagem de puro prazer diante do mundo natural dos autóctones. “O selvagem e o mestiço são apresentados como seres sensuais, livres, autossuficientes e repletos de coragem”.

Este estudo sobre a vida íntima de um personagem histórico do Brasil do século XIX evidencia, enfim, uma perspectiva original e contra-hegemônica da homossexualidade e do homoerotismo, inspirada nas culturas ancestrais ameríndias.

Considerações finais

Os artigos produzidos por estudantes de graduação e pós-graduação aqui reunidos apresentam indícios de temas e de perspectivas que vêm sendo focalizados por pesquisas recentes no Brasil.

Revelar a dimensão produtiva de atividades femininas subsumidas como afazeres domésticos, explicitar os embates políticos agenciados pelos meios de comunicação de massa durante o processo de elaboração e interpretação de leis relativas aos direitos humanos das mulheres, problematizar as ambivalências dos discursos e normatizações do combate ao tráfico de pessoas, compreender as emergências históricas tanto do protagonismo feminino no campo das Ciências quanto de interpretações contra-hegemônicas do homoerotismo, aparecem neste dossiê como desafios às pesquisas sobre relações de gênero.

Os artigos aqui apresentados figuram, pois, como fragmentos da ponta de iceberg cuja imensa base submersa constitui um denso e complexo campo de debate e de luta pela construção da igualdade de gênero em nosso contexto brasileiro.